

WORKING PAPERS

Da velha para a nova economia social -
Passado, presente e futuro

Manuel Carlos Nogueira¹

¹ Instituto Superior de Serviço Social do Porto, CISSS, Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia

RESUMO

A particular especificidade que a economia social apresenta, não se encontra no seu objeto de atividade, pois esta está presente em quase todas as atividades económicas (transversalidade económica). A sua especificidade encontra-se nos fins, nos seus processos, no seu modo de organização, de corporate governance e de funcionamento. Nos princípios e valores que orientam a sua atividade, conjugam-se a cooperação, a reciprocidade, a solidariedade bem como a responsabilidade coletiva.

Na conjugação da sua pluralidade e diversidade, a economia social é um lugar de encontro, onde se cruzam o económico e o social, o empreendedorismo e a cidadania, os princípios coletivos com os individuais, o tradicional com o moderno e o passado com o presente e este com o futuro. Quando falamos de economia social, não devemos deixar de valorizar ao lado dos seus méritos passados, os méritos presentes, bem como as suas potencialidades futuras, dado que atuou no passado, atua no presente, mas tem uma visão de futuro.

Na economia social o capital não é um fim em si mesmo, é um meio que promove a realização de fins socialmente úteis.

Palavras-chave: Velha economia social; Nova economia social; Solidariedade; Cooperação; Reciprocidade.

JEL Classification: D60, E60, L31

1. Introdução

Condição importante para a economia social é o primado do indivíduo e do objeto social que prevalecem sobre o capital. As suas organizações são orientadas para a utilidade social, sendo os seus lucros reinvestidos para alargar os seus fins sociais. Desta forma, a economia social desempenha um papel muito importante no desenvolvimento social, principalmente a nível local.

Podemos referir que a economia social começou em tempos ancestrais, como uma forma do homem se proteger contra adversidades que lhe foram surgindo. Essas adversidades podiam ser provocadas pela natureza, por conflitos, ou simplesmente utilizar diversas formas de economia social para obter proteção contra acidentes de trabalho ou infortúnios diversos.

A economia social sempre demonstrou uma invulgar e tenaz capacidade de adaptação, sendo que isso permitiu-lhe que se apresentasse de modo diferente, de acordo com as características da época. Nunca deixou de respeitar a sua tradição humanista, solidária e com envolvimento coletivo.

A teoria económica neoclássica reconhece as vantagens da economia social, em comparação com a economia pública e a economia com fins lucrativos. Para os defensores desta teoria económica, os três setores podem-se completar e até se relacionar, advindo daí sinergias para a economia social, uma vez que esta não vive à margem do sistema económico.

A nova economia social continua a emergir, oferecendo assistência social na fase da retirada dos estados das funções que tradicionalmente lhe competiam. Esta economia inclui também o novo fenómeno do empreendedorismo social, inovação social e empresas socialmente responsáveis.

Em termos de crescimento, está demonstrado que a economia social contribui para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. O potencial social desta economia é evidente em todas as suas formas organizacionais e atividades económicas.

Em termos de crescimento sustentável, as organizações da economia social, possuem sistemas de valores, que através da solidariedade com o seu meio envolvente, internalizam custos sociais e geram externalidades positivas. A utilidade destas organizações, não decorre da sua atividade de produção específica, mas do seu sistema e valores organizacionais, na medida em que o direito da pessoa prevalece sempre sobre o do capital.

O movimento associativo dos cidadãos está a experimentar um crescimento considerável, um pouco por todo o mundo, promovendo iniciativas solidárias, voltadas para a produção e distribuição quer de bens, quer de serviços, considerados essenciais a uma sociedade mais justa. A capacidade destas iniciativas em resolver as novas necessidades sociais, reafirmou a importância da economia social.

A nova economia social está-se a tornar um setor cada vez mais emergente, sendo cada vez mais indispensável, se for dada uma resposta adequada aos novos desafios da economia e das sociedades globais, nomeadamente através da promoção do bem-estar dos cidadãos.

A nova economia social tem reclamado fortemente em diversos países, o seu direito de cidadania, quer no plano jurídico, institucional e no domínio científico. Quer tornar-se um ramo independente da economia.

Uma breve passagem pela herança histórica, cheia de sobressaltos e recuos, permite obter um entendimento da realidade a que a economia social é hoje em dia.

2. A velha economia social

Desde que a humanidade deixou o nomadismo e se tornou sedentária, que as práticas de mutualismo ganharam as primeiras formas. A entreatuda funcionava para proteção quer seja de outros povos, quer seja mesmo contra animais fisicamente mais poderosos, que pudessem ameaçar a sua sobrevivência.

Para Fernandes (2016), as primeiras formas de organização com carácter mutualista que se tem conhecimento foram na Grécia Antiga e no Império Romano. Segundo diversos autores, os operários que construíram o Templo de Salomão de Jerusalém, 950 a.c., associaram-se para se protegerem dos riscos decorrentes desta grande empreitada. Experiências idênticas são citadas na construção das Pirâmides do Egito.

De acordo com Garrido (2016), e para responder ou acudir a necessidades básicas de sobrevivência, em diversos países da Europa, na Idade Média, surgiram as primeiras formas de proteção social. Tratavam-se mais de alguns tipos de assistência caritativa do que propriamente implementar práticas de cobertura ou provisão de riscos sociais. Estas práticas surgiram como uma primeira resposta à pobreza que existia nas sociedades feudais.

Fernandes (2016), refere que alguns exemplos de princípios de mutualidade, que aconteceram na Idade Média, foram as Ghildas (originárias da Escandinávia), as Confrarias (confrarias das profissões, confrarias gerais de caridade e confrarias com finalidades diversas) e as Associações de companheiros.

Mas os primórdios da verdadeira proteção ou provisão dos riscos sociais, começou nos inícios do século XIX, com a progressiva implementação da Revolução industrial. As tarefas manuais passaram a ser mecanizadas, o que provocou um aumento de acidentes de trabalho e de riscos sociais adjacentes. As miseráveis condições de vida da classe trabalhadora industrial, provocou quase que uma instantânea reação destes em favor da sua proteção e da emancipação.

Segundo Czernasty (2014), aos problemas relativos às condições de produção ou forças de distribuição de bens e serviços, a economia social, criada na época da Revolução Industrial, originou diferentes atitudes em relação ao pensamento liberal e à economia política. Os criadores do liberalismo Adam Smith e Stuart Mill, que ao procurarem soluções para a situação económica existente resultante da perturbada ordem social, ajudam a criar a chamada velha economia social.

De acordo com Campos & Ávila (2012), Stuart Mill defendeu a associação empresarial entre os trabalhadores, examinando detalhadamente as vantagens e as desvantagens das cooperativas e concluiu que estas trazem benefícios económicos e morais à sociedade e com isto ajudam a prever o surgimento de conflitos sociais.

Com opinião semelhante Garrido (2016), refere que Stuart Mill, defendia a criação de uma economia organizada em cooperativas operárias de produção, combinando desta forma a associação voluntária de produção, de acordo com os ideais socialistas, com a economia de mercado defendida pelo liberalismo. O mercado seria a instância coordenadora e as cooperativas as instâncias produtoras. Para Stuart Mill, era importante efetuar uma reflexão sobre a diferença entre aquilo que a economia mede e aquilo que os seres humanos socialmente valem.

Stuart Mill, refere ainda que os efeitos da sociedade industrial, provoca claras deficiências na ligação entre progresso técnico e progresso social, com prejuízo para este último. Alertou para os riscos de um capitalismo, cuja ânsia de lucros provocasse a criação acelerada de uma sociedade de classes, já que a repartição de riqueza era claramente desigual entre trabalhadores

e capitalistas. Defendeu ainda que o salário fabril deveria ser substituído por formas alternativas capazes de associar o trabalhador aos resultados da empresa.

Para Czernasty (2014), na segunda metade do século XIX, foram criadas três tendências de economia social:

- O reconhecimento da economia social como complementar à economia política clássica;
- A tendência socialista do liberalismo, concentrou-se particularmente na organização da vida social a favor de toda a sociedade e não com caráter individual;
- A terceira tendência de caráter cristã, refere que a organização do trabalho, além de proteger toda a sociedade, deve proteger também a igualdade e a liberdade de cada indivíduo.

Ainda para o mesmo autor, a economia social começou a fazer parte da teoria econômica, sendo que a sua presença se fez notar também na literatura de Karl Marx, quando este se refere a uma forma coletiva de gestão (cooperativas), como uma maneira de libertar o trabalho da forma de organização vigente. O capitalista pagava um salário que correspondia ao valor efetivo do trabalho individual, mas apropriava-se do “valor social do trabalho”, ou seja, apoderava-se da mais valia resultante de trabalho coletivo. Segundo Marx, os proletários ao se associarem em organizações do tipo cooperativo, transformavam o trabalho assalariado em trabalho associado.

Com opinião de certa forma similar, Carpi (2008), refere que as origens da economia social, está baseada em respostas da sociedade civil aos problemas criados pela grande transformação que a burguesia e a revolução industrial implicaram.

Campos & Ávila (2012), referem que o termo economia social, aparece pela primeira vez na literatura econômica em 1830 numa publicação que se intitula “Treatise on social economy” do economista liberal Charles Dunoyer. Este economista defendia uma abordagem moral à economia e atenta aos factos sociais.

Ainda para os mesmos autores, foi com o economista e matemático francês Léon Walras, que a economia social se tornou parte autónoma da ciência econômica (deixando de estar relegada para um campo marginal da economia política). Com o decorrer dos tempos, este setor tornou-se abundante em cooperativas, sociedades mútuas e associações, tal como as conhecemos hoje. Referem ainda que foi no final do século XIX, que as principais características e princípios do

conceito moderno de economia social tomaram forma, inspirada pelos valores do associativismo democrático, do mutualismo e do cooperativismo.

Por esta altura, a dicotomia entre liberdade de associação individual e seguros sociais obrigatórios começara a ser visível em diversos países da Europa, muito através da influência de estudos elaborados por juristas que mereceram uma reflexão económica de sentido doutrinal. Para Garrido (2016), estes pensadores expressaram fortes argumentos a favor da conciliação do movimento associativo com a proteção patronal e com a constituição de seguros estatais obrigatórios.

Garrido (2016), refere também que Walras defendia a economia social assente numa teoria da repartição da riqueza e admitia a existência de empresários não capitalistas (trabalhadores), nomeadamente através da sua participação em organizações do tipo cooperativo.

Em 1844, perto da cidade inglesa de Manchester, foi criada aquela que ficou conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo – Sociedade dos Pioneiros de Rochdale. Esta sociedade foi criada por 28 tecelões que se encontravam desempregados e que resolveram juntar as suas economias. Esta iniciativa foi encarada como uma dinâmica social de resistência. Tinha a finalidade de vender a preços competitivos produtos alimentares aos seus associados, dado que compravam em grandes quantidades. Passados doze anos, esta cooperativa tinha 3450 cooperantes.

Para Namorado (2013), a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, tornou-se na espinha dorsal da identidade cooperativa universalmente aceite, uma vez que os seus princípios se estenderam a todos os ramos do setor cooperativo e a sua esfera de influência alargou-se pelo mundo inteiro.

Campos & Ávila (2012), referem que de todos os países europeus, a França é provavelmente o país onde as origens da economia social é mais visível, através do surgimento de inúmeros movimentos associativos. Tal facto ficou a dever-se em muito ao espírito e trabalho de Claude-Henri de Saint-Simon, de Charles Fourier e de Charles Dunoyer.

De acordo com Garrido (2016), entre solidariedades tradicionais e soluções mutualistas, muitos países europeus, nomeadamente Inglaterra, Bélgica, Alemanha e norte de Itália, foram desenvolvendo mecanismos de ajuda e proteção aos mais desfavorecidos, nomeadamente através de associações de artesões, classes de profissionais, associações mutualistas, associações de socorros mútuos, cooperativas, etc. Fundamentalmente estas iniciativas eram

lançadas pelas classes trabalhadoras, como uma dinâmica de resistência popular ao sistema económico vigente.

Ainda segundo Garrido (2016), o historiador do pensamento económico Charles Gide, interpretou corretamente o espírito do solidarismo e anunciou uma “economia nova” – a economia social. Grande entusiasta do setor cooperativo, Gide, entendia que estas eram uma escola de conhecimentos a nível de gestão para a classe operária. Através dessa escola de conhecimentos, os operários poderiam subir na escala social, sendo que isso só dependeria da sua força de vontade, capacidade de trabalho e de organização.

Outro marco importante para a economia social, segundo Czernasty (2014), foi a grande depressão dos anos 30. Apesar da crise ter-se alastrado por quase todo o mundo, em França por exemplo, o movimento cooperativo funcionou sem grandes problemas, o que serviu como inspirador, atendendo às vantagens apontadas à economia cooperativa e às desvantagens apontadas ao sistema capitalista.

Diversos pensadores económicos de diversas tendências políticas, sociais e religiosas defenderam os ideais da economia social, pois em sua opinião, as preocupações sociais estavam em declínio e era necessário restaurar a coesão social, através de princípios de entreajuda, de associação e de cooperação.

Com as doutrinas de Keynes, começou-se a pensar no intervencionismo estatal e o bem-estar ser implementado fundamentalmente pelo estado. Carpi (2008), refere que a segunda guerra mundial também contribuiu para a intervenção do estado aos mais necessitados e, por consequência a economia social perdeu a sua importância e tornou-se por muitas décadas insignificante. Assim, com a intervenção do poder público nas falhas de mercado, deixou pouco espaço de atuação para as organizações da sociedade civil, o que levou a uma queda da importância da economia social, como uma força significativa no processo de harmonização do crescimento económico. Mesmo as organizações que resistiram a esta fase, deixaram de aplicar o termo “economia social”, que caiu em completo desuso.

O modelo de crescimento económico, seguido na Europa Ocidental, desde o final da segunda guerra mundial, até ao final da década de setenta, caracterizou-se praticamente pela presença de dois setores: o setor privado e o público. Segundo o modelo Keynesiano, os grandes atores sociais passaram a ser os sindicatos e o estado. Os estados, nesta época passaram a ser mais

interventivos na promoção do bem-estar dos cidadãos, o que afetou de forma importante o setor da economia social, nomeadamente através do advento do Estado Providência.

Para Carpi (2008), a economia social tradicional também decaiu por outros fatores. Concentração e centralização do capital, o crescimento económico e o surgimento no mundo ocidental de uma sociedade virada para o consumo, também contribuíram com a sua influência para a progressiva perda de importância da tradicional economia social ao longo de diversas décadas. O modo de vida urbano com a sua contribuição para o desarmamento moral, a perda de valores e de laços comunitários e a redução da participação social, também contribuíram para a referida perda de importância.

A antiga economia social, destinava-se apenas a eliminar problemas de exploração do trabalhador, através de formas coletivas de propriedade – cooperativas, associações, ajuda mútua, etc, sendo o seu principal objetivo enfraquecer os conflitos sociais, mas não esquecendo o interesse comum.

Contudo, segundo Campos & Ávila (2012), a velha economia social, teve o condão de ser a percussora da criação de diversos sistemas públicos de segurança social na Europa. As muitas formas pelas quais essas organizações estavam ligadas, provocaram uma profusão de modelos de segurança social.

3. A nova economia social

3.1 Surgimento e características

O conceito da nova economia social ou solidária², foi pela primeira vez adotado em França em 1980, havendo a partir dessa altura inúmeras legislações sobre o setor noutros países, na União Europeia e noutras instituições internacionais. Observa-se uma tendência a nível mundial, para a substituição de um modelo de sociedade orientado para o bem-estar, para um modelo que privilegia o bem-estar social (Czternasty, 2014).

² De acordo com alguns autores os conceitos de economia social e economia solidária são distintos, mas para Namorado (2009), não existem atualmente razões para as considerar separadamente. Atualmente a economia solidária deve ser encarada como uma expressão sinónima da economia social. Ainda para este autor outras expressões que designam realidades idênticas são o terceiro setor e organizações não-lucrativas. Ainda para este autor se quisermos transpor para Portugal a distinção entre economia social e solidária, nesta última apenas caberiam as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social, ficando as restantes entidades dentro da economia social.

De acordo com Czternasty (2014), a economia social não é um ramo separado da economia, mas integra-se nesta. É formada por um triângulo cujos lados são: a economia de mercado, a sociedade civil e o estado democrático. O seu conceito é amplo e cobre diversos problemas sociais (nomeadamente aqueles que o setor público não consegue ou não quer lidar), através de ações que se concentram na satisfação de necessidades da sociedade.

Ao procurar resolver ou suavizar problemas sociais, a nova economia social não é de caráter alternativo para o setor privado, nem compete com o setor público, sendo complementar a estes dois. Ao procurar resolver as velhas e as novas necessidades sociais, encontra aí a sua esfera de atuação.

Nas duas últimas décadas do século XX, as organizações da economia social renasceram, devido às dificuldades das economias de mercado em encontrar soluções satisfatórias para problemas importantes da sociedade, nomeadamente depois do esgotamento do Fordismo, no final da década de 1970. De acordo com Campos & Ávila (2012), problemas como o desemprego de longo prazo, a exclusão social, o bem-estar no mundo rural e nas áreas urbanas degradadas, a saúde, a educação, a qualidade de vida de pensionistas e o crescimento sustentável, contribuíram para esse renascimento.

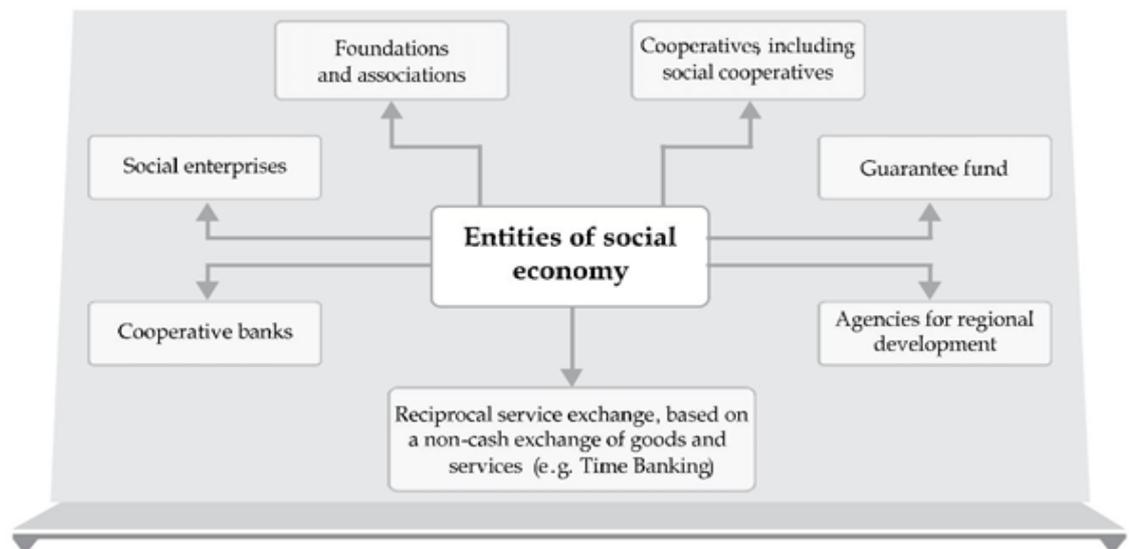


Figura 1 – Entidades da nova economia social

Ainda para os mesmos autores, estas necessidades sociais não são suficientemente ou adequadamente tratadas pelo setor privado, ou pelo setor público, através de políticas macroeconómicas tradicionais.

De acordo com Carpi (2008), a transformação do Estado Keynesiano (orientado para a estabilidade e para o bem-estar), no Estado de Schumpeter (orientado para a competitividade), aliviou a pressão exercida na sociedade civil pelo mercado e pelo estado, o que propiciou a abertura de novas possibilidades para o surgimento de organizações que brotaram da sociedade civil.

Ainda para o mesmo autor, as transformações sociais dão origem a necessidades insatisfeitas, desemprego, incerteza, tensões sociais e políticas e ainda o surgimento de novas realidades, como seja o declínio territorial. Estas transformações produzem mudanças nas divisões sociais e espaciais do trabalho, mobilidade social e novos problemas sociais. Sendo um processo de destruição criativa, gera novos problemas sociais, que nem o mercado nem os estados parecem capazes de os enfrentar. É neste contexto que a economia social encontra um solo rico para o seu desenvolvimento um pouco por todo o mundo.

Para Campos & Ávila (2012), nas últimas décadas a economia social como um todo, teve um crescimento considerável. Esse crescimento também aconteceu no denominado setor empresarial (cooperativas e sociedades mútuas). A transferência de atividades que tradicionalmente eram do setor público, para a economia social explica em grande parte este crescimento, dado que os estados se demarcaram da gestão destas atividades.

Ainda, para Campos & Ávila (2012), nos atuais modelos económicos vigentes na maior parte dos países europeus (democracia social e económica ou modelos de economia plural), as necessidades sociais são abordadas simultaneamente pelos estados (a nível de redistribuição) e pela sociedade. O estado continua a ser o principal regulador e redistribuidor e as organizações de economia social, prestam os serviços às comunidades com base nessa redistribuição.

De acordo com Carpi (2008), com o surgimento de novas democracias no leste europeu, com o peso crescente do setor dos serviços (terciarização da economia) e ainda com a reestruturação da atividade estatal, que passou a externalizar a gestão de serviços que anteriormente estavam sobre a sua alçada, criou novas oportunidades para a economia social. Neste contexto, são procuradas novas alternativas fora do setor capitalista e do estado.

Segundo Campos & Ávila (2012), a identificação da economia social tal como hoje a conhecemos, começou em França na década de 1970, quando as organizações representativas das cooperativas, mutualidades e associações se uniram e criaram um comitê conjunto para as representarem.

A economia social é definida como um conjunto de organizações que operam democraticamente e em que os seus membros têm direitos e deveres iguais e praticam um regime particular de propriedade e de distribuição de lucros. Os excedentes são utilizados para expandir a organização e melhorar os serviços prestados à sociedade.

As características particulares deste setor foram amplamente divulgadas na literatura económica, a qual descreve a economia social com uma composição de três famílias principais: cooperativas, mutualidades e associações, sendo que mais recentemente se juntaram as fundações.

Apesar de existir uma diversidade de conceitos e termos aplicados à economia social, o relatório do CEP-CMAF (2002), contém a definição conceptual mais recente da economia social a nível da UE. Assim, para este relatório da União Europeia, a economia social define-se como:

Um conjunto de organizações privadas, formalmente constituídas, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para atender às necessidades dos seus membros, através do mercado, produzindo bens e prestando serviços. A tomada de decisão, a distribuição de lucros ou excedentes, entre os membros, não está diretamente ligada ao capital, ou às taxas cobradas a cada membro. Cada membro tem um voto e as tomadas de decisão ocorrem através de processos participativos e democráticos.

A economia social também inclui organizações privadas que gozam de autonomia de decisão e de liberdade de associação, que produzem serviços não mercantis para famílias, indivíduos ou determinados grupos, cujos excedentes, se os houver, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.

Ainda de acordo com este documento, os princípios base da economia social são:

- Primazia do indivíduo e do objeto social sobre o capital;
- Associação voluntária e aberta;

- Controlo democrático;
- Combinação dos interesses dos membros com o interesse geral;
- Defesa e aplicação do princípio da solidariedade e da responsabilidade;
- Gestão autónoma e independente das autoridades públicas;
- Uso da maioria dos excedentes para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável ou no interesse geral.

Para Carpi (2008), todos estes princípios estão presentes na renovação que se assistiu nos últimos anos com uma expansão dos movimentos sociais. Verifica-se a criação de empresas sociais e organizações sem fins lucrativos por causa de motivos sociais e de defesa de valores. Desenvolve-se ainda o setor do voluntariado comprometido com metas sociais e ecológicas. Esta renovação ajuda a criar condições para a plena aceitação da economia social pela sociedade civil, uma vez que, esta sente que a nova economia social está mais comprometida com os problemas da comunidade e está mais próxima das populações.

Com opinião semelhante, Roca (1992), refere que os agentes de economia social, cuja atividade é geralmente orientada ao nível local, são fundamentais pelo seu envolvimento pessoal, autogestão e estratégias de responsabilidade e de atuação em grupo, junto daqueles que mais necessitam. Constituem assim, formas múltiplas e de variadas combinações, mas eficientes, de economia social. Nem os problemas ambientais, nem a exclusão social e muito menos o declínio territorial, podem ser efetivamente abordados sem o envolvimento de indivíduos e comunidades locais, o que implica a consciência e a responsabilização destes.

Num importante artigo científico sobre economia social, Enjolras (2010), refere que a introdução da economia social no processo político e económico, permite que os estados beneficiem das suas propriedades, elevando a democracia efetiva e a eficiência das suas políticas económicas. Isto acontece devido a diversas razões:

- Em virtude da maior proximidade, que estas organizações têm das populações e, conseqüentemente do maior conhecimento dos problemas e necessidades sociais e possíveis soluções;
- Devido à sua maior sensibilidade aos interesses e necessidades da sociedade, a economia social, é capaz de detetar novas respostas sociais de forma mais rápida que os estados;

- Devido à sua natureza privada e sensibilidade social, pode ampliar o alcance da ação pública;
- Devido à sua capacidade de promover o envolvimento e a responsabilidade conjunta na sociedade, envolver a economia social no processo político e económico, que lhe diga respeito, provoca um aumento do grau de aceitação das medidas de política económica;
- A cooperação dos estados com a economia social, dada a sua forma de como estes alocam e distribuem recursos, pode assegurar aos primeiros, que os fundos públicos destinados a políticas sociais, não serão desviados e apropriados por interesses privados.

As sinergias sociais e o envolvimento de utentes e respetivas famílias em serviços locais, propiciam a criação de critérios de qualidade, que surgem através de um diálogo criativo. Existe assim um envolvimento consciente, criativo e responsável de todos os interessados.

O desenvolvimento associativo e a criação de movimentos sociais sólidos e locais, são processos de grande importância, dado que estimulam a economia social de baixo e para baixo, garantindo o seu compromisso com os fins sociais e a sua função educacional.

Para Campos & Ávila (2012), a nova economia social afirmou a sua capacidade de contribuir efetivamente para resolver os problemas sociais, mas também fortaleceu a sua posição, tornando-se um setor necessário ao crescimento económico estável e sustentável. Provoca uma melhor distribuição do rendimento, faz corresponder os serviços às reais necessidades das populações, aumenta o valor da atividade económica, corrige os desequilíbrios dos mercados e fortalece a democracia económica.

Segundo Carpi (2008), numa realidade em mudança e com problemas e potencialidades emergentes, a economia social, com os seus objetivos extraeconómicos e organização democrática, tem a vantagem de obter uma maior capacidade prospetiva e de inovação institucional, uma vez que é capaz de envolver forças comunitárias e voluntárias. A sua natureza pluralista, na procura de novas formas de organização e mobilização de pessoas e recursos, enfrenta problemas e cria para eles, respostas sociais que originam consenso social e melhoram a implementação de políticas.

Diante da incapacidade do setor capitalista em resolver os problemas sociais, ambientais e económicos que a própria lógica do desenvolvimento criou e, perante a impossibilidade dos estados (cada vez mais privatizados) em apoiar os cidadãos, surge a sociedade civil a criar os seus próprios círculos de organização através da economia social.

De acordo com Campos & Ávila (2012), têm surgido muitas iniciativas inovadoras na denominada nova economia social um pouco por toda a Europa. Como resultado da crise de emprego na Europa, estas organizações responderam de forma imaginativa a problemas de desemprego e de integração no mercado de trabalho, que enfrentaram grandes grupos de trabalhadores. Outros exemplos de inovação social, são as iniciativas dos cidadãos, que surgiram com o objetivo de corrigir os termos desiguais do comércio internacional, entre países ricos e pobres, como sejam o caso das organizações que se dedicam ao chamado comércio justo.

Em tempos de crise (ex: 2008-2012), as organizações de economia social, mostram com maior clareza as muitas e importantes funções sociais que desempenham. Quando usufruem de maiores apoios, essas funções multiplicam-se, e funcionam como um amortecedor para os problemas sociais. Nesta altura a economia social, demonstrou ter uma grande capacidade de alcançar a integração social e laboral das pessoas que estavam numa situação de risco de exclusão. Quando o resto da economia destruía empregos, as organizações sociais criavam postos de trabalho.

Este sector que pela sua natureza tende a procurar resposta para as necessidades reais de bens e serviços tem, vindo a ganhar relevância em domínios como a produção de bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica como por exemplo, os serviços sociais, saúde, ambiente, cultura, educação, desporto e a inserção social e profissional de públicos vulneráveis, enquadrados num caminho de combate ao desemprego, de criação de emprego, de luta contra a exclusão social e de desenvolvimento local.

Ao tentar satisfazer as necessidades sociais, ambientais e económicas, a economia social, pode ser um veículo privilegiado para a autossuficiência e autorrespeito e a base de uma democracia participativa. A capacidade das organizações sociais de contribuir para a criatividade humana e para o desenvolvimento do potencial inovador, inovações institucionais serão necessárias para enfrentar esses problemas. As organizações de economia social certamente estarão à altura deste desafio, pois encontram-se bem posicionadas para as exigências que até agora têm surgido.

Para poderem atingir um verdadeiro protagonismo socioeconómico (Namorado, 2013), refere que as organizações integrantes deste setor, devem agir em conjunto, como uma espécie de confederação estratégica. Têm que ser capazes de intercooperar tanto formal como informalmente, sistematicamente e com objetivos gerais comuns, que sejam consensuais e

partilhados. Obter uma ação coletiva com alcance estratégico, deve ser uma prioridade dos atores deste setor.

Para Carpi (2008), o que caracteriza a economia social e lhe confere vantagens é a sua coerência (em termos de metas, racionalidade e princípios de organização) com os movimentos sociais. Só com a sua plena integração na sociedade civil, permitirá o pleno desenvolvimento do seu potencial social e económico. Se por ventura cair na tentação de se submeter à lógica de mercado, restringe significativamente a sua capacidade de inovação social e educacional.

É necessário também distinguir entre empresas da economia social (comprometida apenas com o interesse dos seus membros) e a economia social comprometida (cujos objetivos são sociais e públicos). As primeiras são teoricamente capazes de satisfazer os critérios em relação aos seus membros, enquanto que as segundas, podem ampliar essa capacidade a um maior número de pessoas.

3.2 Fraquezas da nova economia social

De acordo com Scalvini (1994), tradicionalmente o objetivo social das cooperativas e das associações mútuas não ultrapassava os interesses dos seus membros. Atualmente, tal já não é assim. Se por um lado se tornou positivo e importante a sua proximidade às populações, isso provoca que a dimensão de cada organização seja diminuta. O objetivo de serviço à comunidade local, que lhe é conferida, introduz uma importante variação de conteúdo, motivação para a ação social que se torna comunicativa e relacional, mas também implica uma mudança nas suas restrições de desenvolvimento.

Para Carpi (2008), não podemos esquecer que apesar de crescente, o total da economia social ainda representa uma parcela pouco significativa no produto interno bruto dos países (por exemplo, representa apenas 4% do PIB da União Europeia) e o perigo de se cair numa inércia social podem ser uma fonte de possível degeneração evolutiva dentro de um claro contexto de crescente procura pelos seus serviços.

Ainda para este autor, a sua forte e tradicional dependência de acordos financeiros com o poder público, pode provocar uma perda da sua capacidade inovadora. O principal compromisso deste setor pode ficar comprometido, em face de uma excessiva dependência financeira do setor público. Definir as condições institucionais e políticas, que garantam uma relação equilibrada

entre os estados e as instituições de economia social, é uma prática que deverá ser seguida, de forma a que estas instituições não percam a sua identidade e independência de decisão e de gestão.

Para Carpi (2008), a falta de conhecimentos e de capacidade de gestão por uma grande parte dos dirigentes destas organizações e a promoção de experiências de economia social sem suporte associativo, levam a temer a exploração do estado à economia social. Esta falta de conhecimentos e de capacidades, pode afetar o desenvolvimento e a própria sobrevivência da organização.

Os baixos salários que o setor oferece, leva a que os mais bem preparados e capazes sejam aliciados a mudar para o setor privado, perdendo-se assim neste setor uma importante fatia de trabalho qualificado.

A solução para estes problemas, deveria passar por um maior envolvimento social, criação de novas respostas sociais, frequência de cursos de formação por parte dos dirigentes e gestores intermédios, obtenção de mais recursos financeiros e de diversas fontes e aumentar o valor acrescentado proporcionado ao cliente, criando condições favoráveis ao pagamento de melhores salários.

Por seu lado, Campos & Ávila (2012), apontam que a economia social precisa de encarar urgentemente a sua falta de visibilidade institucional, sob pena de vir a ter dificuldades em obter apoios e financiamentos adicionais, quer perante os estados, doadores ou mecenas. Por falta de visibilidade a sua utilidade social pode ser comprometida ou dificultada.

Outra fragilidade apontada à economia social, é o facto de a grande maioria das entidades que a integram, bem como muitos dos seus protagonistas individuais, não terem ainda interiorizado, em profundidade, uma verdadeira relação de pertença a este setor (Namorado, 2009).

Os desafios que a nova economia social deve enfrentar, prendem-se com a superação dos perigos da trivialização das suas características que a tornam única, dado que são estas que lhe conferem a sua utilidade específica. Os seus atores, deverão mais do que nunca, aprofundar a compreensão dos valores da economia social, que servem de referência à sua existência.

4. Conclusões

A economia social tem propriedades estruturais que a tornam um instrumento económico e organizacional muito relevante em fases de reestruturação social e em fases de perda de valores sociais. Pode ser vista como um pilar de um novo modelo de desenvolvimento económico sustentado, restaurando a competitividade em grandes áreas, facilitando a sua integração a nível nacional e internacional e corrigindo desequilíbrios territoriais significativos.

As falhas crescentes do mercado e dos estados, a globalização, a crise da regulação pública e as necessidades sociais crescentes (existência de novas formas de pobreza, marginalização e exclusão social), conferem-lhe novas funcionalidades de participação ativa e de mobilização da sociedade civil.

O carácter estratégico da economia social deriva não só das suas qualidades como instrumento económico e de gestão, mas também porque se pode tornar uma expressão ativa de uma sociedade civil dinâmica e criativa, e tornar-se uma forma alternativa de produção.

Os seus valores de equidade, sustentabilidade e de solidariedade, são fatores essenciais que esta forma de economia transmite para a consolidação e ampliação de um novo estilo de vida. O que importa não é apenas a sua capacidade de satisfazer as necessidades ao menor custo, mas também a forma como estas são satisfeitas, definindo uma trajetória social adequada.

A economia social desempenha um papel anti cíclico e inovador (conforme ficou provado na recente crise de 2008, em que fizeram atenuar os efeitos sociais que a crise provocou), sendo que também pode participar ativamente de uma forma mais cooperativa na regulamentação socioeconómica, caso as autoridades reconheçam a sua forma particular de combinar desenvolvimento económico e desenvolvimento social, em vez de considerarem o desenvolvimento social como um subproduto do desenvolvimento económico.

O desenvolvimento associativo dos últimos anos em áreas de grande sensibilidade social, parece indicar que a economia social continuará a crescer de importância, mas para isso é necessário que se proteja de ser usada instrumentalmente pelos estados ou por movimentos partidários, como forma de promoção dos seus membros.

A economia social poderá desempenhar um papel ainda mais importante no futuro, tendo em conta as limitações inerentes ao setor privado, para este tipo de atividades, bem como, levando em conta também as tradicionais limitações do setor público em fornecer bens e serviços

relacionados com o bem-estar social. Quando os setores tradicionais falham, a economia social deverá procurar dar as respostas adequadas, através da sua capacidade de melhorar a afetação de recursos e de distribuição dos rendimentos.

Sob a égide da nova economia social, é possível conjugar rentabilidade com solidariedade, assistir à criação de empregos estáveis e dignos, obter o aumento da coesão social, económica e regional. Permite também gerar capital humano e social, promover a cidadania ativa e promover a sustentabilidade. A economia social propicia ainda a inovação social, ambiental e tecnológica.

Em termos de inovação, a economia social é considerada como pioneira no lançamento de novos produtos, serviços e iniciativas, que combatem a exclusão social e os novos problemas sociais. A economia social, dispõem de mecanismos de solidariedade históricos, que oferecem às gerações futuras riqueza produtiva, tornando mais fácil seguir um caminho de crescimento sustentado e sustentável. Está assente num horizonte de cultura, numa tradição socialmente construída, que importa invocar como património futuro.

Referências bibliográficas

- Campos, J., & Ávila, R. (2012). *The social economy in the European Union*. Report draw up for the European Economic and Social Committee by the International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy (CIRIEC).
- Carpi, J. (2008). The prospects for the Social Economy in a Changing world. *CIRIEC - España*, 7-33.
- CEP-CMAF. (2002). *Declaration finale commune des organisations européennes de l'Économie Sociale*.
- Czternasty, W. (2014). The position of cooperatives un the new social economy. *Management*, 18 (1), 488-503.
- Enjolras, B. (2010). Fondaments normatifs des organizations d`economie sociale et solidaire at évaluation du point de vue des plitiques publiques. *Economie et Solidarités*, 39 (1) - 14-34.
- Fernandes, J. (2016). *A Economia Social em Portugal - Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento*. Grupo PPE no Parlamento Europeu.
- Garrido, A. (2016). *Cooperação e solidariedade: Uma história da Economia Social*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Namorado, R. (Março de 2009). Para uma economia solidária - a partir do caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 65-80.
- Namorado, R. (2013). *O Essencial sobre Cooperativas*. Lisboa: INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Roca, G. (1992). *Público y privado en la accion social*. Madrid: Editora Popular.
- Scalvini, F. (1994). Le Cooperative Sociali in Itália. *Primeras Jornadas Europeas sobre Nuevos Modelos para la Gestion de Servicios Públicos*. Valencia.